

Relatório de Atividades 2006

1. Sumário Executivo

O ano de 2006 foi um ano importante na história do Instituto Pro Bono, que se consolidou como uma organização de ponta que oferece um atendimento com serviços de qualidade às organizações não governamentais que não têm recursos financeiros. Neste sentido, promoveu amplamente o acesso à justiça, beneficiando inúmeras populações vulneráveis destinatárias dos serviços das ONGs atendidas.

Afora um aumento significativo no número de advogados cadastrados e de ONGs atendidas - em parte pelo novo website, que possibilita o cadastro tanto de uns como de outros online e da realização de um newsletter bimestral, que divulga as atividades do IPB - inovamos com a realização de workshops em comunidades de baixa renda, como foi o caso da Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo. Estes workshops possibilitaram aos advogados voluntários um maior contato com as comunidades carentes por eles atendidas. Espera-se que no ano de 2007 possam ser realizados outros workshops como estes, tendo em vista o grande interesse e adesão por parte dos advogados cadastrados.

Além disso, o Instituto Pro Bono realizou um seminário voltado à discussão da advocacia pro bono no Brasil. Nele, foi possível debater os desafios e as possibilidades da advocacia de interesse público, inclusive de forma comparativa, em razão de advogados americanos presentes no evento.

Por fim, foi em 2006 que teve início uma campanha de captação de recursos voltada à comunidade jurídica nacional e internacional. Esta campanha visa dar maior sustentabilidade ao Instituto Pro Bono no médio e longo prazo, especialmente em razão do término do financiamento da Fundação das Nações Unidas - que desde 2001 é a maior mantenedora da Conectas Direitos Humanos e, por consequência, também do IPB.

Vale dizer que neste ano o Instituto Pro Bono passou por um processo de reestruturação interna, por meio da qual houve a distribuição de funções específicas aos advogados de sua equipe interna.

Dr. Marcos Roberto Fuchs permanece sendo o Diretor-Executivo, responsável por toda a parte administrativa bem como operacional do Instituto. Dr. João Pedro Pereira Brandão tornou-se o Diretor-Adjunto e é responsável, com a Dra. Ana Carolina Bittencourt Moraes, pelo atendimento das ONGs e pela organização do banco de horas de advogados voluntários. Neste sentido, são eles que realizam o cadastro das ONGs, as visitas às mesmas e as reuniões entre estas e os advogados voluntários. Eles também são responsáveis por toda a demanda interna que cabe ao Instituto Pro Bono. Dra. Laura Davis Mattar integrou a equipe em meados de fevereiro de 2006 e passou a ser responsável por toda a parte de eventos e comunicação institucional, o que inclui a newsletter e a atualização do website. Dra. Laura também é quem coordena o processo de captação de recursos visando a sustentabilidade do Instituto no médio e longo prazo.

2. Advogados voluntários e escritórios de advocacia cadastrados

a) Advogados voluntários:

Estado da Federação	Número de Advogados Voluntários
Alagoas	1
Bahia	1
Ceará	2
Distrito Federal	2
Espírito Santo	1
Goiás	2
Minas Gerais	7
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul	2
Pará	2
Paraná	4
Pernambuco	1
Rio de Janeiro	5
Rio Grande do Sul	3
Santa Catarina	3
Sergipe	2
São Paulo	176
Total	215

b) Escritórios de Advocacia:

Advocacia Gugliano Herani;
 Advocacia Mariz de Oliveira;
 Balera, Gueller e Portanova;
 Cury Advogados Associados;
 Dolabella, Matsuda, Neisser Advogados;
 Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados;
 Felsberg e Associados;
 Forner Advogados Associados;
 Koury Lopes Advogados;
 Martins-Costa Advogados Associados;
 Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados;
 Montenegro Castello;
 Pasqualin Advogados;
 Pinheiro Neto Advogados;
 Preto Villa Real Advogados;
 Reale Advogados Associados;
 Sartori e Araújo Advogados Associados;
 Scarpinella Bueno Consultoria Jurídica;
 Sundfeld Advogados S/C.
 Tess Advogados;
 Toron, Torihara e Szafir Advogados; e
 Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados.

3. Atendimentos às ONGs

a) Demandas em números*

- ✓ 82 ONGs
- ✓ 126 demandas atendidas

* Anexo lista completa de entidades e demandas atendidas no ano de 2006.

b) Demandas de maior impacto

- ✓ ABRAMI: elaboração de Ação Civil Pública com vistas à obtenção de medicamentos gratuitos e, também, para reconhecimento dos portadores de Miastenia como sendo pessoas com deficiência para fins de gratuidade de transporte público;
- ✓ Associação dos Moradores da Juréia: defesa em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público pleiteando retirada dos moradores nativos da área de Reserva;
- ✓ Be-a-bá do Cidadão: elaboração conjunta de cartilha (abaixo) com o tema eleições, incluindo a revisão do texto por advogados voluntários do IPB.
- ✓ Conectas Direitos Humanos: elaboração de parecer por advogado voluntário para o programa Artigo 1º relativo ao Projeto de Lei n. 4004/2001 (Dep. Lincoln Portela) que visa tornar os inquéritos policiais sigilosos.
- ✓ Fórum Brasileiro de Segurança Pública: constituição jurídica, com elaboração de documentos constitutivos e assessoria;
- ✓ Instituto Fonte / Museu da Pessoa / Doutores da Alegria: prestação de assessoria técnica por meio de advogada voluntária do IPB sobre questões trabalhistas, contábeis e tributárias;
- ✓ Instituto Girassol: acompanhamento Ação Civil Pública para obtenção gratuita de medicamentos e de dietas especiais para pessoas com alergias alimentares; e ajuda na elaboração de segunda Ação Civil Pública juntamente com o Ministério Público com o mesmo escopo;
- ✓ Interação: defesa de 250 famílias que estão sendo despejadas de terreno em Osasco;
- ✓ Intervozes: elaboração de Ação Civil Pública para discutir aspectos polêmicos do processo de implementação do padrão digital de televisão no território nacional;
- ✓ Promotoras Legais Populares: realização de parceria com a entidade Be-a-bá do Cidadão para curso jurídico anual;



4. Novo Website (www.institutoprobono.org.br)

O novo website surpreendeu a equipe do Instituto Pro Bono por ter potencializado muito o cadastro de advogados voluntários e de ONGs procurando auxílio jurídico. Ademais, foram muitos os estudantes de Direito que se interessaram pelo tema da responsabilidade social do advogado e que, por essa razão, se disponibilizaram para realizar trabalhos voluntários junto com a equipe.



5. Newsletter do Instituto Pro Bono

Em maio de 2006, o Instituto Pro Bono com a finalidade de divulgar as suas ações e atividades passou a circular uma *Newsletter* eletrônica bimestral, que está em seu quinto número. Por meio dela, foi possível dar maior visibilidade ao Instituto na comunidade jurídica brasileira e para parceiros e financiadores. Além disso, foi possível promover ainda mais o nosso novo website (item 2), que teve significativo aumento no número de acessos e de cadastros tanto de advogados voluntários quanto de ONGs. Foi também através da *Newsletter* que o escritório Thompson & Knight tomou conhecimento do IPB no Brasil, passando a ser um de seus apoiadores.

6. Casa da Saúde da Mulher, Escola Paulista de Medicina (UNIFESP)

O Instituto Pro Bono mantém parceria com a Casa de Saúde da Mulher desde 2003, oferecendo às vítimas de violência sexual auxílio jurídico gratuito. As atividades neste projeto incluem: (i) assessoria/aconselhamento jurídico; (ii) acompanhamento das vítimas aos Distritos Policiais durante a fase de inquérito policial; (iii) acompanhamento das vítimas às audiências judiciais; e (iv) participação no grupo de estudos na própria Casa da Saúde da Mulher sobre violência sexual e os direitos da mulher.

Os atendimentos realizados no período de Janeiro a Outubro de 2006 foram:

FASE	Nº DE CASOS (total 30*)
Fase de Investigação	6
Fase de Inquérito Policial	5
Ação Penal (em andamento)	0
Apelação	-
Casos Arquivados	9
Casos sem B.O.	9
Inquéritos Policiais Arquivados	1

Sentenças

0

* Ressalte-se que o número de casos atendidos diminuiu significativamente em relação aos anos anteriores em razão de divergências com o Hospital Pérola Byton.

7. Portal Prómenino Risolidária e Manual do Terceiro Setor

Em 2005 o Instituto Pro Bono firmou uma parceria com o Portal Prómenino Risolidária (www.risolidaria.org.br) - iniciativa da Fundação Telefônica da Espanha conjuntamente com o CEATS - Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor - que tem como objetivo fortalecer entidades da sociedade civil por meio da promoção dos agentes sociais e do desenvolvimento do trabalho em rede.

Dentro do portal há uma área intitulada “Ferramentas de Gestão”, exclusivamente voltada à gestão e administração de entidades do Terceiro Setor, para a qual o Instituto Pro Bono fornece bimestralmente textos relativos a aspectos jurídicos do Terceiro Setor. No âmbito desta parceria foi elaborado, a partir da experiência do Instituto, um “Manual do Terceiro Setor” que é um guia básico, com linguagem didática, que aborda questões fundamentais para a constituição e funcionamento das entidades não governamentais. Entre elas, aquelas relativas a aspectos conceituais e tributários destas organizações. Ao final, traz modelos de estatutos, atas, contratos, entre outros.

A elaboração e a revisão do *Manual* contaram com o apoio da advogada Flavia Regina de Souza Oliveira, responsável pela área de Terceiro Setor do escritório *Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados*.

O Manual encontra-se disponível em formato eletrônico no Portal Prómenino Risolidária e, após lançamento na Ação Educativa de sua versão impressa, também está disponível gratuitamente para os interessados no Instituto Pro Bono. Vale dizer que devido a imensa procura pela versão impressa do Manual cuja 1ª. tiragem foi de 500 exemplares, foi feita uma segunda de mais 600 unidades.



8. Parcerias com a Fundação Ford

Durante o ano de 2006, o IPB auxiliou a Fundação Ford na realização de dois projetos. O primeiro foi a criação e constituição jurídica do Fundo Brasil de Direitos Humanos que tem como missão cuja missão é fortalecer o movimento de direitos humanos, incentivando a criação de uma infra-estrutura social para a realização dos direitos humanos no Brasil. O Fundo, que será implementado a partir de janeiro de 2007, financiará projetos voltados à realização e promoção dos direitos humanos, possibilitando que pequenas organizações tenham recursos para viabilizar seus projetos e ações respectivas. A Fundação Ford é a principal idealizadora e responsável pela manutenção inicial do Fundo.

O segundo projeto foi a realização do livro “Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial”, coordenado pela Profa. Dra. Flávia Piovesan, a partir de uma parceria entre a Fundação Ford, a

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Instituto Pro Bono. O livro é uma compilação de pareceres jurídicos escritos por especialistas de diversas áreas do Direito, que apontam anacronismos e lacunas no intuito de aprimorar a ordem jurídica brasileira no sentido da igualdade étnico-racial. Trata, portanto, da necessidade de adequação do sistema normativo brasileiro ao princípio da igualdade previsto na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e em outros tratados internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil. A expectativa é de que o livro contribua para a consolidação de uma política de Estado de promoção da igualdade racial no Brasil.

Vale dizer que a Fundação Ford solicitou ao Instituto Pro Bono a submissão de um pequeno projeto com o objetivo de realizar um detalhado "Mailing Jurídico e de ONGs de âmbito Nacional" por meio do qual a própria fundação poderá dar maior visibilidade aos seus projetos e publicações. Para tanto, o Instituto Pro Bono receberá um valor em contrapartida.

9. Parceria Ashoka Social Entrepreneurs

A Ashoka Empreendedores Sociais é uma organização não-governamental internacional que identifica e investe em empreendedores sociais promovendo, assim, a inovação e o desejo de transformação, de modo a permitir a todos a descoberta de seu potencial para provocar as mudanças necessárias na sociedade contemporânea. No final do ano de 2004, a Ashoka firmou uma parceria com o Instituto Pro Bono para prestação de serviços jurídicos às organizações de seus empreendedores sociais, uma vez que ela financia pessoas e não organizações.

10. Propostas de Financiamentos:

Ao longo de 2006, o Instituto Pro Bono deu início a uma campanha de captação de recursos para sua manutenção administrativa e operacional, visando também a ampliação de suas atividades. Desde sua fundação, e até os dias de hoje, os parceiros financiadores são somente fundações internacionais, como é o caso da Fundação Tinker e Fundação Ford. Esta falta de diversificação de fontes de recursos torna o Instituto claramente vulnerável do ponto de vista financeiro, o que pode eventualmente comprometer o futuro de suas ações. Nesse sentido, afora as propostas de financiamento para as fundações internacionais, o Instituto Pro Bono começou uma aproximação com parceiros locais envolvidos do meio jurídico que tenham interesse na promoção do acesso à justiça no Brasil.

As propostas de financiamento exclusivas do IPB submetidas no ano de 2006 foram:

a) Tinker Foundation Incorporated. (EUA), a quem foi enviada proposta no valor de US\$ 60.000,00 que visa qualificar a demanda apresentada aos advogados voluntários por meio da conscientização das ONGs quanto à importância do papel do Direito na realização de suas missões. Vale dizer que a Tinker Foundation financiou o Instituto no ano de 2005/2006 com a quantia de US\$ 40.000,00, o que aumenta as chances de aprovação da proposta, tendo em vista tratar-se de renovação do financiamento;

b) Brazil Foundation (EUA), a quem está sendo submetida proposta de financiamento no valor aproximado de R\$ 25.000,00 para complementar a verba do projeto acima mencionado; e

c) Escritórios de advocacia no Brasil e nos Estados Unidos, mais especificamente em Nova Iorque. Nesse caso, o pedido de apoio ao Instituto tem caráter administrativo e operacional, voltado ao pagamento de salários e infra-estrutura de trabalho. Até o presente momento, três escritórios colaboraram com doações, quais sejam Thompson & Knight, Tozzini Freire, Teixeira e Silva e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga;



As propostas de financiamento submetidas em parceria com a Conectas Direitos Humanos:

d) Oak Foundation, a quem foi submetida uma proposta no valor de US\$ 400.000,00 por dois anos para o Instituto Pro Bono e o programa Artigo 1º (ambos parte do programa de justiça da Conectas Direitos Humanos). Ainda não houve resposta.

e) Overbrook Foundation, a quem será enviada proposta até 15 de janeiro de 2007, solicitando entre US\$ 25.000,00 e 50.000,00 para financiar o programa de justiça da Conectas Direitos Humanos.

11. Resolução *Pro Bono* federal

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, afirmou durante o Congresso da União Internacional dos Advogados que a prestação de serviços jurídicos *pro bono* aos cidadãos que não têm outra via de acesso à justiça pode ser regulamentada ainda este ano no país. A expectativa é de que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que tem um grupo especial de trabalho "visando ao estudo da regulamentação da atividade, buscando concatenar a institucionalização do assistencialismo com os ditames legais regentes de nossa profissão", edite um regulamento em dezembro de 2006.

Segundo Busato, a regulamentação pretende evitar desvios de conduta e distorções da prática *pro bono*, a exemplo do uso do voluntariado como instrumento de promoção pessoal e profissional e da contratação de estagiários para o serviço gratuito, tendo por finalidade a isenção de impostos. Por outro lado, existe uma preocupação com a postura do Estado diante da advocacia social, que não pode deixar de prestar a Justiça gratuita, como define o Artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal.

12. Eventos

Março

- ✓ Debate Público sobre Advocacia Pro Bono no Brasil

Em 9 de março de 2006, o Instituto Pro Bono em parceria com o GVlaw – Programa de Especialização e Educação Continuada da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas realizou o Debate Público sobre Advocacia Pro Bono no Brasil, que entre outros temas discutiu a regulamentação da advocacia pro bono para todo território nacional e para pessoas físicas, a melhoria do acesso à justiça, a importância do engajamento da comunidade jurídica em ações de responsabilidade social e, ainda, a organização interna de serviços pro bono em escritórios de advocacia.

Participaram do Debate Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo; Daniel Grunfeld, Presidente do Public Counsel de Los Angeles; Katherine Fleet, advogada do escritório Wilmer, Cutler, Pickering, Hale and Dorr LLP; Sérgio Ferraz, professor e membro do Conselho Federal da OAB; e Oscar Vilhena Vieira, diretor executivo da Conectas Direitos Humanos e professor da Escola de Direito da FGV. No público, muitos estudantes de direito, advogados e advogadas e pessoas interessadas no tema da responsabilidade social dos profissionais do Direito.

Tendo em vista a importância e atualidade do tema, as palestras foram gravadas para comporem mais um caderno da série Debate Público do GVlaw. Além de difundir, ainda mais, o ideal da advocacia solidária, o caderno dará continuidade ao debate sobre seus principais desafios. Servirá também para lembrar advogados e advogadas quanto ao exercício da profissão de forma socialmente responsável de modo a contribuir para a melhoria do acesso à justiça em nosso país.



Julho

- ✓ Instituto Pro Bono e Conectas Direitos Humanos promoveram “Oficinas da Cidadania” na Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo

Durante a primeira quinzena de julho, na sede da AMAR – Associação de Mães e Amigos dos Adolescentes em Risco ocorreram “Oficinas da Cidadania” que tiveram como objetivo levar informações básicas e essenciais sobre direitos à população jovem da Cidade Tiradentes, localizada no extremo leste da cidade de São Paulo. A iniciativa foi desenvolvida pelo Instituto Pro Bono juntamente com o Programa de Litigância em Direitos Humanos – Artigo 1º da Conectas Direitos Humanos, com apoio da Ashoka – Empreendedores Sociais.

As palestras foram ministradas por advogados voluntários cadastrados no Instituto Pro Bono: Alexandre Luna da Cunha apresentou o tema “Direito do Consumidor”, enquanto as advogadas Laura Garcia e Simone Henrique trataram, respectivamente, dos temas “Violência Policial” e “Direito da Criança e do Adolescente”. Dra. Eloísa Machado de Almeida, advogada

coordenadora do Artigo 1º, encerrou o programa com uma oficina sobre “Direitos Humanos e Cidadania”.

Agosto

- ✓ Associação Brasileira de Bancos Internacionais recebe Diretor-Executivo do Instituto Pro Bono

A Associação Brasileira de Bancos Internacionais, que tem como objetivo congregar e representar os bancos internacionais, presentes ou representados no Brasil, realizou no dia 16 de agosto a 8ª reunião do Comitê Legal cujo diretor é o Sr. Roberto Belchior. Este comitê tem como proposta discutir os aspectos legais que influenciam ou interferem no cotidiano dos bancos, especialmente os internacionais. Nesta reunião, o Dr. Marcos Fuchs, diretor-executivo do Instituto Pro Bono, fez uma breve exposição sobre a regulamentação da advocacia *pro bono* no Brasil, bem como seus principais desafios. A expectativa do Instituto Pro Bono é de que os bancos passem a valorizar os profissionais do Direito que praticam regularmente a advocacia solidária e de interesse público.

- ✓ ABRELA realiza evento sobre direitos dos pacientes com participação do Instituto Pro Bono e de advogada voluntária

A ABRELA – Associação Brasileira dos Portadores de Esclerose Lateral Amiotrófica realizou uma Reunião de Cuidadores, Familiares e Pacientes de ELA no dia 5 de agosto para discutir os direitos do paciente, que contou com a presença do Dr. Marcos Fuchs, Diretor-Executivo do Instituto Pro Bono e da Dra. Camila Werneck, advogada voluntária do escritório Rodrigues Barbosa, MacDowell de Figueiredo, Gasparian e Tourinho Advogados. Dr. Marcos Fuchs tratou da importância da advocacia *pro bono* em prol de grupos vulneráveis, como o dos portadores de ELA e a Dra. Camila Werneck apresentou a estratégia jurídica a ser usada no caso em questão. Vale dizer que no debate os participantes do evento tiveram a oportunidade de solucionar dúvidas sobre seus direitos com os palestrantes.

Setembro

- ✓ Instituto Pro Bono e IDDD premiam a advogada Alexandra Szafir por sua atuação na advocacia solidária

O Instituto Pro Bono, juntamente com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, promoveu no último dia 13 de setembro no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo um evento para entregar a advogada Alexandra Szafir o Prêmio Advocacia Solidária. A ideia do prêmio é homenagear advogados(as) que trabalham gratuitamente em causas sociais, de interesse público.

Alexandra é uma das sócias do escritório Toron, Torihara e Szafir Advogados e atuou, de maneira voluntária, para causas do IDDD — que têm caráter criminal, e para o Instituto Pro Bono, em assuntos voltados às organizações do Terceiro Setor.

Um dos trabalhos desenvolvidos pela advogada foi a produção de um parecer jurídico em defesa de um grupo de internos da Febem que seria transferido para uma unidade prisional de adultos. O Poder Judiciário diante de tal parecer vetou a transferência dos jovens, assegurando-lhes o direito de permanecer separados dos presos adultos, conforme previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- ✓ Instituto Pro Bono participa da Conferência Inter-Regional sobre Sistemas de Justiça e Direitos Humanos

O Conselho Britânico realizou entre os dias 18 e 20 de setembro a Conferência Inter-Regional sobre Sistemas de Justiça e Direitos Humanos no Palácio do Itamaraty em Brasília. O grupo de trabalho sobre acesso à justiça contou com a participação do Dr. Marcos Fuchs, diretor-executivo do Instituto Pro Bono, que apresentou a da experiência do Instituto em São Paulo bem como os desafios para essa prática no Brasil. O grupo de trabalho, moderado pela Profa. Dra. Flávia Piovesan, teve como palestrante o Sr. Conor Foley, do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Nottingham. Participaram do debate o Sr. Victor Abramovich, da Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos, o Juiz Lee Bozalek, da Corte Superior de Cape High, África do Sul, o Sr. Juiz D. Chandrachud da Corte Superior de Mumba, Índia, o Sr. Rodrigo Uprimmy, diretor do programa De-Justicia e juiz aposentado da Corte Constitucional da Colômbia e, por fim, mas não menos importante, o Juiz Juan Rafael Perdomo, do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela. Vale dizer que o relator foi o Sr. Oscar Del Fabbro, advogado no Reino Unido.

- ✓ Evento no Paraná discute a regulamentação da advocacia pro bono

A Comissão de Direito do Terceiro Setor da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraná realizou o encontro "Questões jurídicas práticas de interesse do Terceiro Setor" no dia 21 de setembro que debateu, entre outros temas, a regulamentação da advocacia pro bono e o exercício da responsabilidade social por profissionais do Direito. No evento, que aconteceu no novo auditório da OAB em Curitiba, estiveram presentes mais de 80 advogados(as) e estagiários de Direito. A mesa de debate foi presidida pelo Dr. Gustavo Justino de Oliveira, Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor, e contou com a participação do diretor-executivo do Instituto Pro Bono, Dr. Marcos Fuchs, e do Dr. Fernando Magalhães Modé.

Novembro

- ✓ Instituto Pro Bono indica membro para o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Em 10 de novembro, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo empossou os membros do seu Conselho Consultivo – todos indicados por organizações que participam do grupo de trabalho da Defensoria, como é o caso do Instituto Pro Bono que indicou a advogada Eloisa Machado de Almeida da Conectas Direitos Humanos.

Este conselho é um órgão de controle externo constituído apenas por integrantes da sociedade civil. Seu objetivo é acompanhar os trabalhos da Ouvidoria e formular críticas e sugestões para o aprimoramento de seus serviços, formando um canal permanente de comunicação com a sociedade.

Além da Dra. Eloisa, foram nomeados para o conselho: a presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, a advogada Dora Cavalcanti Cordani; o desembargador Antonio Carlos Malheiros, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; e a professora de Ciência Política da USP, Maria Teresa Sadek. Também estão entre os conselheiros o advogado Flávio Crocche Caetano; o advogado Luciano de Freitas Santor; o secretário municipal de Segurança Urbana Benedito Mariano; a pesquisadora Albertina Costa; a

diretora do Géledes, Sueli Carneiro; o advogado da Pastoral Carcerária, Michael Mary Nolan; e a ex-vereadora Lucila Pizani Gonçalves. Todos foram escolhidos por representarem entidades notoriamente compromissadas com os princípios e atribuições da Defensoria Pública.

✓ Programa Marco Legal do Terceiro Setor e Políticas Públicas do GIFE

O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas promoveu no segundo semestre de 2006 dois encontros para debater cinco temas relevantes acerca da reforma do marco legal do terceiro setor brasileiro. O programa teve como intuito aprofundar o diagnóstico sobre cada um destes temas, por meio de rodadas de discussões e debates entre profissionais com experiência e/ou conhecimento na área.

O primeiro encontro ocorreu em 21 de setembro de 2006, no Instituto Paulo Montenegro, e discutiu os temas “Imunidades e Isenções Tributárias” e “Incentivos Fiscais para Iniciativas de Interesse Público”. A segunda rodada de discussões foi em 23 de novembro de 2006, na Fundação Nestlé Brasil, e abordou os temas “Liberdade de Organização e Funcionamento” e “Transparência e Controle Social (Accountability)”. É importante dizer que ambos os encontros tiveram como tema principal norteador a “Segurança Jurídica”.

Os encontros ofereceram abordagem crítica, identificando os principais problemas, contradições, lacunas e desafios em relação a cada um dos temas tratados. O material produzido nos debates servirá de base para a elaboração de um documento contendo um conjunto de propostas de transformação do ambiente regulatório do Terceiro Setor, que será apresentado ao próximo Congresso Nacional no ano de 2007.

ANEXO

ONGs ATENDIDAS EM 2006

ABRAF

- Revisão de estatuto para adequação ao Novo Código Civil

ABRAMI

- Palestra Direito Trabalhista e Previdenciário (**Mattos Filho** - Dra. Adriana Pereira de Carvalho)
- Adaptação NCC e OSCIP
- Elaboração e propositura ACP medicamentos (Dr. Renato Gugliano)
- Elaboração e propositura ACP deficientes (Dra. Maria Virginia Paiva Lucarelli)

ABRELA

- Palestra sobre acesso à medicamentos via Poder Judiciário (**MccDowell** - Dra. Camila Werneck)

Ação Educativa

- Elaboração de parecer sobre a inconstitucionalidade da ampliação da margem de discricionariedade representada pela Desvinculação de Receitas da União – DRU (**Pinheiro Neto Advogados**).

ADEFVAV

- Consultoria sobre títulos e qualificações a serem pleiteadas

AEDREHC

- Assessoria na revisão de contrato de doação;
- Assessoria na elaboração de recibos de doação; e
- Assessoria na revisão de contrato de parceria com revista.

AISEEC

- Alteração do Estatuto;
- Declaração de idoneidade para fins de auditoria;
- Assessoria em Marcas e Patentes (**Tozzini** - Dra. Juliana Toledo);
- Modelo de Regimento Interno (**KLA Advogados**).

APITC

- Assessoria sobre contrato de locação (Dr. Carlos Miguel Aidar)

APROVE

- Assessoria sobre remuneração de dirigentes de ONG.

Artigo 1º

- Elaboração de parecer sobre PL 4004/2001 (Dr. Belisário dos Santos Jr.)

Artigo 19

- Assessoria para constituição jurídica no Brasil (Dra. Andréa Hitelman)
- Assessoria na revisão de contrato de prestação de serviços

Ashoka

- Elaboração de contratos para projetos desenvolvidos pela Ashoka.

Associação Agente Cidadão

- Elaboração e revisão de contratos;
- Pesquisa sobre a necessidade de renovação do título de OSCIP;
- Pesquisa tributária.

Associação dos Agricultores e Moradores da Comunidade do Torrão do Matapé

- Adaptação do estatuto ao NCC (Dr. Flavio Silva Belchior)

Associação da Aldeia de Carapicuíba – OCA

- Revisão e alteração do Estatuto Social em conformidade com o Novo Código Civil e com a Lei de OSCIPs.

Associação Alfabetização Solidária

- Revisão do Estatuto Social.

Associação Atletas do Piscinão

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação.

Associação Be-a-Bá do Cidadão:

- Revisão do Estatuto Social e adequação para a Lei de OSCIPs.
- Revisão do conteúdo da cartilha sobre eleições (Dr. Heraldo Geres; Dr. Flávio Leão Bastos Pereira e Dra. Patrícia Santicioli)

Associação Brasileira de Miastenia (ABRAMI)

- Participação da reunião trimestral da associação para apresentar o Instituto Pro Bono, sua forma de trabalho e debater a possível parceria entre o IPB e a ABRAMI visando à promoção de Ação Civil Pública.

Associação Cheiro de Capim

- Revisão e alteração do Estatuto Social;
- Indicação dos documentos necessários para o requerimento do título de OSCIP;
- Elaboração de edital de convocação e atas de assembleias gerais ordinária e extraordinária;
- Parecer trabalhista;
- Indicação de Termo de Voluntariado.

Associação Choro Blue

- Elaboração da primeira versão do Estatuto Social;
- Pesquisa sobre a participação de estrangeiro em órgão de Diretoria de associações civis sem fins lucrativos no Brasil;

- Pesquisa sobre incidência de ITCMD sobre as doações.

Associação de Criança e Adolescente do Parque Agreste

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação (advogado voluntário).

Associação Fraterna Reciclando e Preservando

- Assessoria jurídica na regularização de cadastro bancário no BACEN e no SERASA (Dr. Carlos Miguel Aidar).

Associação Moiras

- Adaptação do estatuto para NCC e OSCIP;
- Assessoria sobre questões trabalhistas
- Assessoria jurídica em regularização de terreno da subprefeitura doado (**Pinheiro Neto Advogados**).

Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Conceição do Macacoari

- Assessoria na elaboração de regimento interno (Dr. Flavio Silva Belchior)

Associação de Moradores dos Remanescentes Quilombolas da Ilha Redonda

- Adaptação do estatuto ao NCC (Dr. Flavio Silva Belchior)

Associação Nacional de Prevenção e Busca a Pessoas Desaparecidas – Mães Em Luta

- Revisão e adequação do Estatuto Social ao Novo Código Civil e à lei de OSCIPS.

Associação Novo Olhar

- Revisão e readequação do Estatuto Social às exigências atuais da entidade;
- Revisão de Atas de Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Associação Prema-Pada

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação (advogado voluntário).

Associação Primeiros Passos

- Elaboração do Estatuto Social já em conformidade com a Lei de OSCIPs, título a ser pleiteado pela associação.

Associação Projeto Carmim

- Dúvidas quanto aos títulos que podem ser pleiteados junto ao Poder Público;
- Readequação completa do Estatuto Social visando a atender às atuais exigências da entidade.

Associação Quilombola de Moradores Produtores e Folclórica da Comunidade de São Pedro dos Bois

- Adaptação do estatuto ao NCC (Dr. Flavio Silva Belchior)

Associação Verde Vida Saúde

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação.

Associação do Voluntariado do Hospital Emilio Ribas

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação.

ATUA – Rede de Acompanhamento Terapêutico

- Revisão e adequação do Estatuto Social e da ata da assembléia geral de fundação.

Berço Redenção

- Assessoria jurídica na adaptação do estatuto para NCC e lei de OSCIP

Broto Brasilis

- Assessoria na constituição jurídica da entidade e sobre títulos e qualificações

CARE

- Processo do programa “Fantasia” – repasse de \$ arrecadado para entidades sociais (Dra. Maria Luiza Pinheiro)

Carminha Associação para Reabilitação do Excepcional

- Defesa em ação de despejo (Dra. Maria Luiza Pinheiro);
- Assessoria jurídica para acompanhamento de ACP (Dra. Maria Luiza Pinheiro).

Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA)

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação;
- Assessoria sobre títulos e qualificações.

Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral

- Assessoria Jurídica sobre imunidades e isenções tributárias (Mattos Filho – Dra. Flávia Regina de Souza)

Centro de Estudos, Desenvolvimento e Ações pela Paz (CEDAP)

- Adequação do Estatuto Social para o Novo Código Civil e para a lei de OSCIPs;
- Dúvidas quanto ao registro da associação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Elaboração de Termo de Estágio;
- Dúvidas tributárias referentes à venda de cestas de Natal.

Centro de Estudos e Irradiação de Cultura da Criança (Casa das Cinco Pedrinhas)

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação.
- Assessoria acerca dos títulos conferidos pelo Poder Público.

Centro Humanista Expressão da Liberdade

- Assessoria para adaptação do estatuto ao NCC e lei de OSCIP (Dr. Joel dos Santos Leitão).

Centro de Promoção Social Bororé

- Defesa jurídica em ação de execução fiscal (Dr. Sidney Stahl)

Coletivo Feminista de Sexualidade

- Assessoria jurídica em questões trabalhistas (**Pinheiro Neto** – Dra. Anna Tereza)

Conjunto Assistencial Nossa Senhora da Conceição Aparecida

- Elaboração de regimento interno da entidade (Dr. Paulo Ferreira)

Cp-Sex

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação.

Crescente Fértil

- Assessoria na análise de proposta de regimento interno de conselho gestor da Mantiqueira (**Duarte Garcia** - Dr. Douglas Nadalini da Silva);
- Assessoria em modelo de lei de criação de consórcio intermunicipal (**Duarte Garcia** - Dr. Douglas Nadalini da Silva).

DAN – Divers Alert Network

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação (Dr. Flavio Silva Belchior)

Danyam

- INSS (trabalhista)

Doutores da Alegria / Instituto Fonte / Museu da Pessoa

- Palestra sobre questões trabalhistas e tributárias.

Escola Nômade – Pivot Brasil

- Alteração de nome e adequação do estatuto para OSCIP (Dr. Carlos Eduardo Gonçalves);

Espaço Social de Apoio Multidisciplinar de Apoio à Criança

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação;
- Dúvidas quanto aos títulos que podem ser pleiteados junto ao Poder Público.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação;
- Assessoria sobre título de OSCIP (requerimento e adequações estatutárias).

Fundação Pangea

- Revisão de estatuto da fundação (**Escritório Rubens Naves** - Dra. Paula Storto)

Grupo de Aplicação Interdisciplinar à Aprendizagem (GAIA)

- Elaboração de parecer, por meio de advogado voluntário, sobre as isenções e imunidades tributárias de que gozaria a entidade.

Ilú Oba de Min

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação;

Instituto Ágora

- Alteração do Estatuto Social para as atuais demandas da entidade;

- Elaboração de edital de convocação e ata de assembleias gerais ordinária e extraordinária.

Instituto Brasileiro de Educação Nutricional

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação;
- Informações e documentos para o requerimento do título de OSCIP.

Instituto Chapada

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação.

Instituto Fazendo História

- Elaboração e Revisão de Atas de Assembleias Gerais da entidade.

Instituto Girassol

- Assessoria sobre execução de ACP proposta pelo MP acerca de fornecimento de medicamentos e dietas especiais (com reuniões com representante do MP);
- Encaminhamento de novos casos de crianças com distúrbios alimentares (alergias) ao MP para propositura de nova ACP;
- Participação em evento para debater sobre acesso a medicamentos via ações judiciais.

Instituto Hórus

- Assessoria sobre títulos e qualificações a serem pleiteadas.

Instituto Kwanza

- Alterações estatutárias.

Instituto da Não-Violência

- Alterações estatutárias e adaptação para lei de OSCIP

Instituto Popular

- Assessoria para adaptação do estatuto ao NCC e lei de OSCIP

Instituto de Sócio-Economia Solidária (ISES)

- Elaboração de Ata de Assembleia Geral Ordinária.

Interação

- Atuação contenciosa em ação de despejo contra 250 famílias que ocupam terreno irregular da Eletropaulo (**KLA Advogados** - Dr. Pedro Cortez)

Intervozes

- Elaboração de ACP para discutir aspectos polêmicos da implementação da TV digital no Brasil (Dra. Thais Sairafi e Dra. Maria Virginia Paiva Lucarelli).

Justiça Global

- Atuação contenciosa em ação trabalhista contra a entidade (Dr. Marcelo P. Marafon)

Luta pela Paz

- Elaboração do Estatuto Social, atas e edital de convocação (**Pinheiro Neto Advogados** Dra. Laura Helena de Oliveira)

ONG da Inclusão

- Alteração de estatuto;
- Elaboração de ata com alterações de cargos (diretoria e conselhos).

Ong Tutu

- Revisão e adequação do estatuto social para o Novo Código Civil e para a Lei de OSCIPs;
- Assessoria quanto aos voluntários.

Um Outro Olhar

- Consultoria sobre procedimento de exclusão de associado; e
- Responsabilização de dirigente que desviou dinheiro da entidade (Dra. Ana Paula Leandro).

Pankararuporó

- Entrada de pedido de CNPJ na Receita Federal

Portal Afro

- Adaptação do estatuto ao NCC e lei de OSCIP
- Assessoria sobre doações (inclusive com elaboração de recibo de doação)

Promotoras Legais Populares

- Viabilização de curso anual de Direito ministrado pelos voluntários da Associação Be-a-bá

SACBE

- Adaptação do estatuto ao NCC (Dr. Carlos Miguel Aidar)
- Assessoria jurídica para regularização de imóvel doado à entidade

SOS Peace Brasil

- Revisão do Estatuto Social e adequação para a Lei de OSCIPs;
- Revisão da Ata de Fundação da entidade;
- Elaboração de Ata de Assembléia Geral Extraordinária.

União dos Moradores da Juréia

- Atuação contenciosa em ACP proposta pelo MP para expulsar moradores nativos da área da Reserva da Juréia (**Pinheiro Neto Advogados** – Dr. Werner Grau Neto)

Vento em Popa

- Consultoria direito trabalhista (trabalho de crianças);
- Elaboração de contrato de patrocínio;
- Assessoria jurídica em contrato de locação de imóvel.